Estado moderno, fundo público e capital

uma tentativa de compreensão

Maria Aparecida Nunes dos Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, MAN. Estado moderno, fundo público e capital: uma tentativa de compreensão. In DAVI, J., MARTINIANO, C., and PATRIOTA, LM., orgs. *Seguridade social e saúde: tendências e desafios* [online]. 2nd ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 41-57. ISBN 978-85-7879-193-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Estado moderno, fundo público e capital: uma tentativa de compreensão

Maria Aparecida Nunes dos Santos

Introdução

Este trabalho condensa reflexões sobre alguns dos fundamentos da crítica do Estado articulada à discussão do financiamento das políticas sociais, sobretudo, daquelas que compõem a Seguridade Social. Face ao receituário neoliberal quanto ao contingenciamento de gastos para reprodução social da força de trabalho, esta problemática é um instigante convite para o serviço social refletir acerca dos limites do papel do Estado e, por conseguinte da estruturação do fundo público no enfrentamento das expressões concretas da questão social.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou no plano jurídico-normativo a construção de uma “ordem burguesa menos injusta”. Mediante efetivação de princípios como: universalização dos direitos sociais, pluralidade nas fontes de financiamento da Seguridade Social e gestão democrática na destinação dos recursos públicos, debitou-se à superestrutura legal e política do Estado um papel primordial na condução de uma possível transformação social.

Ao contrário desta prescrição jurídica, o que se evidencia no período pós-Constituição é a mercantilização das políticas sociais, a utilização de parte significativa da receita pública para pagamento de encargos da dívida interna e externa e a “passivização” dos trabalhadores no direcionamento dos gastos sociais, que tornam-se cada vez mais seletivos e concentrados em programas focalizados.

Sob a “cantilena” neoliberal da necessidade de redução dos gastos sociais e da “supremacia” do capital fetiche sobre o capital produtivo, a expropriação, exploração e alienação do proletariado e demais trabalhadores assalariados – elementos intrínsecos da lógica produtiva do capital – são conduzidos, passivamente, pelo Estado que enquanto uma estrutura de comando político, e, por conseguinte, parte constitutiva da base material do capital, deve garantir e proteger as condições gerais do modo produção capitalista, acionando suas funções de repressão e/ou integração (MANDEL, 1985).

Dada a configuração de um “fundo público burguês”, alimentado tanto por políticas tributárias regressivas, quanto pela Desvinculação de Recursos da União (DRU) – mecanismo que desvincula 20% dos recursos da Seguridade Social e fiscal para manutenção do *superávit* primário com destino ao pagamento dos credores da dívida pública – o modelo de financiamento da Seguridade Social inscrito na atual Carta Magna do país, torna-se cada vez mais um “peso morto”. Poucos exemplos numéricos seriam suficientes para evidenciar essa retirada de ganhos sociais no âmbito do financiamento.

No entanto, dado os limites deste espaço de anotação e complexidade que a temática suscita, sobretudo, para o serviço social, este trabalho pretende problematizar o orçamento da Seguridade Social para além de um enfoque tecnicista, identificando se este quadro é apenas um reflexo da atual reestruturação do sistema do capital, que mediante seus “imperativos” para superação de mais

uma crise cíclica acaba “capturando” o Estado Democrático de Direito, ou se de fato não se trata de uma “capturação propriamente dita,” já enquanto comitê gestor dos negócios da burguesia, o Estado é parte constitutiva da base material do capital.

Fundo público e políticas sociais nos “anos dourados”

As expressões “trinta anos gloriosos” e *Welfare State* são comumente referenciadas pela literatura dos estudiosos das políticas sociais, para contextualizar o período pós-guerra – de 1945 até os anos de 1975. Período em que o sistema capitalista registrou elevadas taxas de crescimento econômico, aumento do padrão de vida dos trabalhadores europeus e estadunidenses, adicionado ao convívio democrático entre as classes sociais (NETTO, 2006). Este período sócio-histórico dá-se parametrado pela universalização do padrão taylorista-fordista e legitimação das propostas keynesianas, através da instituição de serviços e políticas sociais sustentados por acordos coletivos entre os segmentos do capital e as grandes forças sindicais conduzidas pela socialdemocracia.

Przeworski (1989), ao analisar sobre o ingresso dos social-democratas na máquina administrativa, destaca que estes abandonam seus ideais revolucionários ao comprometerem-se com a manutenção da propriedade privada, e passam, portanto, a mitigar os efeitos distributivos do modo de produção capitalista. Esclarece o autor que como é um traço constitutivo do capitalismo, o fato de que qualquer governo neste modelo societário imprescinde do capital, logo, qualquer natureza de forças políticas que sobe ao poder não afeta esta dependência.

Oliveira (1998), ao conceituar o *Welfare State* como um padrão de financiamento público da economia capitalista, destaca a significativa importância do fundo público neste período. Conforme

este autor, o fundo público passou a ser um pressuposto do financiamento tanto da acumulação do capital quanto da reprodução da classe trabalhadora, atingindo globalmente toda a população por meio dos “gastos sociais”. Sob o ângulo da classe trabalhadora, destaca-se a medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro-desemprego, os subsídios para transporte, os benefícios familiares (quotas para auxílio-habitação, salário família), dentre outros.

Já pelo viés do financiamento da acumulação do capital – peso bem mais significativo – as formas de descrição inclui os recursos para ciência e tecnologia; subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, através dos juros subsidiados para setores de ponta; investimento na “indústria bélica”; sustentação da agricultura (financiamento dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos) e intervenção na circulação monetária de excedentes, mantendo a valorização dos capitais pela via da dívida pública dentre outros (OLIVEIRA, 1998, p. 20).

Contudo, o autor supracitado destaca que tais descrições podem ser ligeiramente refutadas pelo fato de que a utilização do fundo público é um traço constitutivo da lógica produtiva do capital, não sendo, portanto, uma novidade ou uma marca específica do Estado Providência. Porém, segundo sua linha de pensamento, o que distingue o fundo público nesta *fase dourada* é que este passou a ser um *ex-antes* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post* típico do capitalismo concorrencial.

Nesse sentido, Oliveira (1998) ressalta que uma das grandes transformações do Estado que a “revolução keynesiana” formalizou foi a questão da autonomização fiscal, uma vez que o Estado passou a gastar mais do que arrecadava e com isso gerar políticas de demandas. Ao acrescentar o ingrediente político a este processo, o autor esboça que ao menos nesse período, o Estado, embora não tenha deixado de ser classista, passou a ser um espaço não-

exclusivo do “comitê executivo da burguesia”. Isto, na medida em que há uma publicização das lutas de classes ao deslocar-se do chão das fábricas para o interior do orçamento do Estado.

Numa perspectiva oposta ao pensamento citado, Mandel (1985) assinala que, embora tenha havido uma ampliação da legislação social e, por conseguinte, um aumento dos “gastos sociais”, seria ilusão imaginar o “Estado Social” como sinônimo de redistribuição crescente de renda nacional, ou seja, uma subtração do capital em prol do trabalho. Para esse autor, não há que se negar que o aumento da intervenção do Estado Capitalista Tardio na economia – através do uso crescente do orçamento público para o financiamento de pesquisas e custos de desenvolvimento; financiamento ou subsídios de usinas nucleares, aviões e grandes projetos industriais – lhe possibilitou um maior controle sobre os rendimentos sociais. Porém, tudo que ocorreu, e pode ocorrer no modo de produção capitalista, foi uma “redistribuição horizontal”, uma vez que o maior peso dos tributos esteve nas mãos dos trabalhadores ladeados pela perversa evasão fiscal dos grandes monopólios.

Na análise de Mészáros (2002) descortinar o “falso paraíso idílico” do Estado de Bem-Estar Social, conduzido pela experiência do reformismo socialdemocrata, não implica uma negação da importância da luta política para superação do capital, mas possibilita a identificação dos limites da ação política. A incorporação institucional de alguns benefícios para a classe trabalhadora e, portanto, um aumento dos “gastos sociais”, só pôde ser efetivada porque estes não representavam nenhuma ameaça para o capital. Ao contrário, convergiu, plenamente, com os interesses do sistema, à medida que contribuiu tanto para a desmobilização e adestramento das forças sindicais quanto à potencialização da massa consumidora.

[...] desafortunadamente do ponto de vista do capital – o trabalho não é apenas um “fator de produção”, em seu aspecto de força de trabalho, mas também a “massa consumidora” tão vital

para o ciclo normal da produção capitalista e da reprodução da mais-valia. É por isso que o capitalista individual gosta tanto da elevação do poder de compra do *trabalhador dos outros*. Realmente, sob condições adequadas, em princípio ele nem mesmo é contra a melhoria das condições materiais da classe trabalhadora como um todo; quer dizer nos períodos em que tais melhorias não conflitem com as exigências da lucratividade (MÉSZÁROS, 2002, p. 577).

Entretanto, este quadro começa a ruir com fim da fase expansionista do capital desencadeada a partir da década de 1970, quando este ingressa em mais uma de suas crises cíclicas. Esta crise que se arroja até os dias atuais, é definida por MéSZáros (2002) como uma crise estrutural, á medida que atinge todos os setores e esferas da atividade produtiva e reprodutiva do sistema do capital global. Tal natureza impossibilita tanto a retomada de um “crescimento dourado” articulado à expansão dos direitos sociais, quanto, sobretudo, põe em xeque a própria sobrevivência humana. É nesta perspectiva que entra em colapso a concepção democrática de fundo público do Estado de Bem-Estar Social, nos países avançados e sua intenção de construção no Brasil, através da Constituição Federal de 1988.

O (des)financiamento da Seguridade Social: como poderia ser diferente?

O financiamento da Seguridade Social – Saúde, Previdência e Assistência Social – inscrita no artigo 195 da Constituição Federal de 1988 preconiza que esta deve ser financiada por toda a sociedade de forma direta e indireta mediante recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Este último incide sobre as seguintes contribuições sociais: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para a Seguridade Social (COFINS),

Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores (CETS) e a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), extinta no final de 2007 pelo Congresso Nacional. Esta diversidade na base de financiamento, de incidir sobre o faturamento e o lucro, vem sendo sinônimo de “letra morta”. Primeiro porque o maior peso da receita da Seguridade advém do bolso dos próprios trabalhadores, seja pela via da Contribuição sobre a Folha de Salário seja pela via do consumo. A CSLL, por exemplo, de 1999 á 2005, respondeu apenas por 3,2% dos recursos, dado insignificante face às margens de lucro do setor financeiro. Segundo, porque o governo dispõe de uma peça legal de manipulação orçamentária – Desvinculação de Receita da União (DRU) – que desvincula anualmente do Orçamento da Seguridade Social cifras bilionárias para saciar o apetite dos rentistas em detrimento do atendimento as necessidades sociais básicas da população (BEHRINHG; BOSCHETTI, 2007).

Em recente produção, Iamamoto (2008, p. 109), tenta desvendar esse quadro. O crescimento da dívida pública juntamente com a expressividade do mercado acionário das empresas, esclarece a autora, conformam os “braços” de sustentação do atual estágio da acumulação capitalista, em sua *performance* de “mundialização financeira”. Entretanto, alerta a mesma, que embora este quadro caracterize o atual modo de estruturação da economia mundial, não significa afirmar que haja uma independência ou anulação de sua base produtiva, uma vez que “a esfera das finanças, por si mesma, nada cria, apenas nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho”.

Tal quadro tem sua gênese na crise cíclica desencadeada a partir da década de 1970, em que a reestruturação do capital ancora-se na fusão de grandes grupos industriais transnacionais e instituições financeiras que, por sua vez, passam a comandar as regras do processo produtivo. O “reino do capital fetiche ou capital dinheiro”, portanto, acentua Iamamoto (2008), não seria possível sem a intervenção do Estado, expressa tanto no estabelecimento de tratados

internacionais, investimento em pesquisa e novas tecnologias para subsidiar interesses empresariais, (des)proteção dos mercados locais, quanto no pesado endividamento dos governos, sobretudo periféricos, que passam a alimentar, o que a autora, denomina como “indústria da dívida”.

No entanto, o crescimento da dívida pública não configura, propriamente, um elemento inédito na história da acumulação capitalista. A canalização dos recursos públicos para “saneamento” das dívidas do Estado, adicionado ao fenômeno da supertributação, são formas levianas de expropriação dos trabalhadores presentes no modo de produção capitalista, já analisadas por Marx (1983), na sua fase primitiva. Assinala o autor, que o Sistema de Crédito, ou seja, das Dívidas do Estado, é um dos traços propulsores e constitutivos do processo de acumulação e expansão do capital. Para a “economia vulgar” a falta de fê na dívida pública passa a ocupar o lugar do pecado contra o divino Espírito Santo.

[...] como a dívida do Estado se respalda nas receitas do Estado que precisam cobrir juros e demais pagamentos anuais, o moderno sistema tributário tornou-se um complemento necessário do sistema de empréstimos nacionais. Os empréstimos capacitam o governo a enfrentar despesas extraordinárias, sem que o contribuinte sinta imediatamente, mas exigem ainda assim, elevação de impostos. Por outro lado, o aumento de impostos causados pela acumulação de dívidas contraídas sucessivamente força o governo a tomar novos empréstimos para fazer face a novos gastos extraordinários. E assim a supertributação sobre os meios de subsistência mais necessários, é muito mais um princípio que um incidente (MARX, 1983, p. 375).

Esse registro secular e ao mesmo tempo contemporâneo suscita uma real apreensão do papel do Estado na estruturação do

sistema do capital. Estado esse que através de seu aparato legal penaliza as parcas rendas familiares com elevada tributação sobre insumos básicos, legitima a flexibilidade e (des)proteção trabalhista, isenta de tributos fiscais extensas faixas territoriais e a remessa de lucros e dividendos para o exterior, “criminaliza” os movimentos sociais com suas ferramentas coercitivas, dentre outros exemplos que poderiam ser facilmente arrolados.

É incontestado que, face “À Era do Capital Fetiche”, como assinala Iamamoto (2008), há uma barbarização da sociabilidade humana e intensificação da alienação, à medida que toda a riqueza socialmente produzida aparece, mais do que nunca, como fruto de uma “economia virtual”, algo independente do universo do trabalho.

Seguindo essa diretriz de análise, a referida autora conclui que são as “políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo transnacional as possíveis forças que capturam o Estado”. Nesta perspectiva, seriam estas “forças” que drenariam recursos públicos para pagamento da dívida externa e interna ao invés de retornar para a população em forma de bens e serviços como saúde, educação, habitação dentre outros, e que, logo, impossibilitaria a efetivação de um Estado Democrático de Direito capaz de atender os “interesses gerais” da população.

Contudo, se visualizarmos a relação entre Estado e Capital, a partir de uma perspectiva ontológica como recomenda Mészáros, pode-se afirmar que não há uma real capturação do Estado pelas forças do capital financeiro, pois ambos, Estado e Capital são complementares. A razão de ser do Estado Moderno e, por conseguinte, de todas as suas *performances*, seja liberal-democrática seja ditatorial, é garantir e proteger as condições gerais para extração da mais-valia do trabalho excedente. Logo, sua superestrutura legal e política, pode perfeitamente ser alterada para manutenção desta função (MÉSZÁROS, 2002).

Assim, o que há, objetivamente, entre Estado e capital não é uma relação de autonomia, tampouco de subordinação, e sim uma relação de reciprocidade dialética, de complementação emergida pela própria forma de estruturação antagônica do sistema do capital, qual seja a separação entre produção e controle, produção e consumo, produção e circulação.

A imposição de uma divisão social hierárquica do trabalho como força cimentadora problemática, e até explosiva, conforme acentua Meszáros (2002) e, por conseguinte a instituição de classes, irreconciliavelmente opostas em suas bases objetivas, é uma necessidade inevitável do sistema do capital, uma vez que as funções de produção e controle do processo de trabalho encontram-se radicalmente separadas¹.

A ausência de unidade entre tais funções suscita uma justificativa ideológica inquestionável para sustentabilidade da ordem estabelecida. É nesse sentido, que há todo um esforço da teoria liberal burguesa na confecção mitológica de igualdade e liberdade para uma sociedade estruturalmente antagônica. Sob o engodo de um relacionamento entre iguais “livremente iniciado” a estrutura legal do Estado Moderno sanciona e protege o “material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores diretos) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica” (MÉSZAROS, 2002).

A noção de um trabalho livre e contratual, ao contrário da escravidão e da servidão, absolve o capital do peso de uma dominação forçada. Como lembra Marx (1983), em ambos os modelos de produção o “trabalho não-pago ou trabalho excedente” aparece

1 Exemplifica Meszáros (2002) que nem mesmo a ordem feudal institui essa separação radical, pois apesar da complexa sujeição política do servo ao senhor feudal, ainda que minimamente, ele era dono de seus instrumentos e mantinha um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si.

visivelmente. Nessa perspectiva, explica o autor como se dá a consumação da força de trabalho² enquanto mercadoria e, por conseguinte a instituição da forma de trabalho assalariado.

A força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado a medida que e porque ela é oferecida a venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor pela pessoa da qual ela é força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por ser um comprador e o outro vendedor sendo, portanto, ambos pessoas juridicamente iguais (MARX, 1983, p. 285).

Faz-se necessário registrar que a ruptura entre produção e controle personificada, de um lado na figura do capitalista (proprietário dos meios de produção) e de outro na figura do proletário (meros possuidores de suas próprias forças de trabalho), não é um fato natural, tampouco social comum a todos os períodos históricos, mas resultado de um desenvolvimento histórico gestado ao longo de três séculos, e que Marx (1983) caracteriza como a “fase pré-histórica do capital” ou a “assim chamada acumulação primitiva”.

Outro ponto enfatizado por Meszaros (2002, p. 108) quanto à presença do Estado na fragmentação entre produção e controle, refere-se ao fato de que sem o maquinário do Estado Moderno “haveria

2 Conforme Marx (1983, p. 285), entende-se por força de trabalho ou capacidade de trabalho o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.

repetidas perturbações, emergidas da ausência de uma transmissão de propriedade compulsoriamente regulamentada de uma geração à próxima, perpetuando a alienação do controle pelos produtores”.

Quanto ao defeito estrutural da separação entre produção e consumo, um dos principais aspectos a destacar, segundo o referido autor, refere-se à problemática da incontrolabilidade do capital orientado para expansão e movido pela acumulação³. Essa determinação constitui ao mesmo tempo, um dinamismo inimaginável em relação aos modelos de produção precedentes, e uma deficiência fatídica. A natureza incontrolável e insaciável do capital, portanto, representou uma arma “demolidora” das amarras feudais a uma produção ilimitada de mercadorias, a exemplo da proibição da usura, santificação da terra e auto-suficiência das unidades produtivas. Nesse sentido, explica o autor que

[...] em razão da subordinação necessária do valor de uso [...] às exigências de auto-expansão e acumulação, o capital em todas as suas formas tinha de superar também a abominação de ser considerado, por muito tempo, a forma mais “anti-natural” de controlar a produção de riquezas.

Portanto, com a ruptura entre produção e consumo, há um deslocamento do predomínio do valor de uso para uma produção ilimitada de mercadorias, mercadorias essas que, pela própria compulsão do capital, precisam ser escoadas para uma possível realização da mais-valia. Neste sentido, o Estado assume diretamente o papel de consumidor direto em escala sempre crescente, seja assumindo a responsabilidade de algumas necessidades reais da reprodução social (saúde, educação, habitação, etc.), seja satisfazendo apetites

3 “Se o capital aumentar de 100 para 1000, então 1000 é o novo ponto de partida, a partir do qual o aumento tem que começar” (MARX apud MESZAROS, 2002, p. 603).

artificiais gerados pelo seu imenso aparelho burocrático-administrativo e pelo complexo industrial-militar, imensamente perdulário, porém, benéfico ao capital.

Outro traço constitutivo do sistema do capital, ainda no que tange à fragmentação entre produção e consumo, refere-se a necessidade ideológica da propagação de sistema coeso, saudável e racionalmente administrável. Caso emblemático dessa afirmação é a idéia da “soberania do consumidor” individual, forjada para ocultar o real produtor de mercadorias que lhes aparecem como “objeto estranhado”.

Compreensivelmente, a ideologia burguesa gosta de descrever o capitalista como “o produtor” (ou o produtor da riqueza) e falar do consumidor como uma entidade misteriosa independente, de modo que o verdadeiro produtor de riqueza – o trabalhador – desapareça das equações sociais e sua parcela no produto social total seja declarada “muito generosa” mesmo quando “escandalosamente baixa” (MESZAROS, 2002, p. 110).

Entretanto, esse tipo de justificativa está confinado à esfera ideológica, pois, no real, o trabalhador é um potencial consumidor e como tal desempenha um papel de grande relevância no funcionamento “saudável” do sistema. Então, pode-se questionar: qual o papel do Estado no conjunto de questões advindas com a separação entre produção e consumo e, por conseguinte, de uma produção ilimitada e (destrutiva) de mercadorias? Partindo-se do pressuposto de que este não pode criar uma unidade genuína entre produção e consumo, pois esta é uma determinação estrutural do sistema,

Ele [Estado] deve ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável **do** processo de reprodução socioeconômica complementando politicamente e reforçando

a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo (MÉSZÁROS, 2002, p. 110).

Por último, cabe destacar o papel ativo do Estado à procura de alguma espécie de unidade entre produção e circulação. Essa busca de unidade advém da necessidade de circulação, de um intercâmbio global de mercadorias. Explica o referido autor que uma das contradições mais evidentes nesta fragmentação é que, se por um lado, historicamente, as estruturas corretiva global e de comando político do sistema do capital se articulam como Estados Nacionais, por outro lado, é inconcebível que tal sistema se confine a tais limites.

É esta ausência de unidade no conjunto das contradições estruturais do capital que torna o Estado uma parte constitutiva da materialidade do capital, desempenhando um papel coesivo para efetivação do imperativo estrutural do sistema orientado para expansão e extração do trabalho excedente, como assegura Mészáros (2002, p. 124) na seguinte citação:

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o pré-requisito necessário da transformação das unidades, inicialmente, fragmentadas num *sistema viável*, e o quadro geral para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido fundamental, Estado [...] deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto.

Seguindo essa linha de pensamento seria ingenuidade teórica pensar, portanto, que o Estado, sobretudo diante da atual crise estrutural, possa ser “recapturado” pelos trabalhadores das mãos dos representantes do capital, como reforça Paniago (2007). Primeiro, porque a ideia de capturação supõe uma autonomia da máquina estatal, à medida que, dependendo da composição da correlação de forças no interior do Estado, este poderá exercer um controle sobre o capital e favorecer os trabalhadores. E, segundo, porque enveredar por este caminho é nutrir a teoria liberal burguesa quanto à disjunção entre economia e política, princípio fundamental à manutenção do capital.

Já a capturação do Estado pelo capital não poderia ser diferente, pois o sistema do capital se reveste de uma singularidade histórica ao apresentar-se como uma forma incontrolável de controle sócio-metabólico, um “sistema de controle sem sujeito” à medida que suas determinações objetivas sempre acabam se sobrepondo aos desejos subjetivos. É nesse sentido que o capital, segundo Meszáros (2002, p. 96),

[...] sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu microcosmo até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais até os mais complexos processos de tomada de decisão dos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes.

No entanto, é irônico, como explana o referido autor, o esforço empreendido pelos apologeticos do capital em projetar uma imagem de ordem saudável e racionalmente administrável. Por outro lado, isto, torna-se compreensível na medida em que está alçado como uma das funções do Estado a preservação da ideologia da

classe social dominante, pois um aparelho estatal que não garanta tal preceito é “tão impensável quanto um extintor de incêndio que espalha chamas ao invés de apagá-las” (MANDEL, 1985, p. 348).

Algumas considerações finais

As reflexões problematizadas ao longo desta produção textual nos levam às seguintes indagações: Porque as necessidades sociais básicas são subordinadas aos interesses do capital? O que explica a destinação do fundo público em prol do apetite parasitário do capital financeiro enquanto os reais sujeitos produtores do “conteúdo material da riqueza social” encontram-se desprovidos de mínimas condições de sobrevivência, embora alentados por Programas focalizados como o Bolsa Família que abocanha uma significativa fatia da receita pública? Porque o fundo público originário do próprio “sangue” do proletariado não permite, diante da atual crise estrutural, seu controle em favor do conjunto dos trabalhadores? Não seria o fundo público burguês por natureza, à medida que advém da extração do trabalho excedente? Na concepção marxiana, seria mais apropriado lutar pela “democratização” do fundo público ou pela sua própria extinção? Como o Estado pode “enfrentar” os males sociais, seja com escassez ou abundância de recursos, ao tempo em que mantém intacta a propriedade privada e, por conseguinte, a exploração do homem pelo homem?

Com este esboço teórico estamos definindo a perspectiva teórico-metodológica condizente para a análise do financiamento de qualquer política social. Uma análise que ultrapasse o desenho tecnicista perfilado pelos números e, identifique os “fios invisíveis” que tecem esta problemática, e coloque-se como uma temática fundamental e instigante para o serviço social. Assim, assinalamos que é somente olhando para o movimento histórico e para a base produtiva em que se assentam as relações sociais, que poderemos

compreender a razão de ser do Estado, do fundo público e das políticas sociais. E, por conseguinte, apreender os limites (impossibilidade) do Estado para o enfrentamento da agudização dos males sociais, mesmo que dispusesse de um montante de recursos “volumoso e democrático”.

Referências

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Col. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.II)

IAMAMOTO, M.V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (livro 1, tomo II)

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Col. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.I)

OLIVEIRA, F. **Os direitos do anti-valor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1985.

PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

PRZERWORSKY, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.